
SESSÕES DO PLENÁRIO

8ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 16 de abril de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial para debater o tema da Campanha da Fraternidade 2009: Fraternidade e Segurança Pública, proposta pelo deputado Yulo Oiticica, do PT.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado Yulo Oiticica proponente da sessão; o Reverendíssimo Sr. Bispo Auxiliar Dom Josafá Menezes da Silva, representante do arcebispo primaz do Brasil Dom Geraldo Majella Agnelo; o Exmº Sr. Procurador-Geral da Justiça Dr. Lidivaldo Britto; Exmª Srª Defensora Pública do Estado da Bahia, Drª Tereza Cristina Almeida Ferreira; Sr. Vereador da Câmara Municipal de Salvador, Joceval Rodrigues; Sr. Capitão de Fragata, Sérgio Ricardo Brilhante, representante do Comandante do 2º Distrito Naval, vice-Almirante Arnon Lima; o Sr. Capitão da PM Jarbas Carvalho, do Comando de Operações, representante do Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Nilton Mascarenhas; o Sr. Representante das comunidades, Carlos Prazeres.

Ouviremos o hino da Campanha da Fraternidade com o grupo da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora do Bairro de Pau da Lima.

(O grupo da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora faz a apresentação do hino da Campanha da Fraternidade 2009.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao nobre deputado e querido amigo deputado Yulo Oiticica do PT, proponente desta sessão.

O Sr. YULO OITICICA:- Boa-tarde a todos e a todas. É com imenso prazer que esta Casa recebe a comunidade católica composta de homens e mulheres inspirados na campanha da fraternidade que têm feito este importante debate, pois esta campanha nos convoca para refletir sobre a segurança pública.

Quero saudar o deputado Marcelo Nilo, presidente desta Casa e presidente desta sessão, que tem iniciado a nova relação do Poder Legislativo baiano com as comunidades de nosso Estado verdadeiramente, abrindo as portas deste poder para fazer o debate consequente não só construindo o diagnóstico e trazendo o debate, mas fazendo com que este Poder e a sua responsabilidade tentem efetivar uma relação comprometida com a segurança que nos interessa, que é a de todos nós.

Quero saudar D. Josaphat Menezes da Silva que aqui também representa o nosso cardeal arcebispo primaz, D. Geraldo Majella. Quero dizer do carinho que tem toda a

nossa igreja para com V.Ex^a, mas de modo especial o carinho que tenho pelo senhor, através de sua dedicação e simplicidade, que é a sua expressão como pastor que sabe e tem a capacidade de transformar a sua intelectualidade em mensagens simples para o povo da nossa igreja e da nossa sociedade. Mais ainda: V.Ex^a ousa não só anunciar a palavra de Deus, mas pensar políticas públicas que é o que nós estamos fazendo nos bastidores neste momento.

Quero saudar o Dr. Livaldo Britto, procurador geral de Justiça de nosso Estado. Aproveito a oportunidade para parabenizar o Ministério Público baiano que tem ultrapassado os seus deveres legais quando deveria, como fiscalizador da lei, agir quando ele é acionado; Não só isso tem feito, ele também tem sido um protagonista ativo na garantia dos direitos dos baianos e baianas. Neste sentido, Dr. Livaldo, quero parabenizá-lo pelo fato de o Estado da Bahia ter, em suas 417 cidades, conselho tutelar. É fundamental a ação do Ministério Público para com a sociedade organizada; este é um exemplo de bom serviço.

Quero parabenizar, também, pela ação civil pública assinada pelo procurador Almiro Senna, nosso companheiro das lutas pelos direitos humanos, e assinada também por uma promotora, Dr^a Isabel Adelaide; eles assinaram uma ação civil pública contra um dos programas da TV pública aberta do Estado da Bahia que, infelizmente, tem alimentado a cultura da violência, do desejo da vingança e do espetáculo do horror. Infelizmente, isso tem possibilitado adultos e crianças terem acesso a este conteúdo desprezível que não ajuda a construir uma cultura de paz e dos direitos humanos. Muito pelo contrário.

Portanto, parabéns. Esta Casa se junta a esta importante manifestação.

Quero saudar Dr^a Tereza Cristina Ferreira, minha amiga, defensora pública-geral do Estado. Aproveito para parabenizá-la pela recondução à chefia desse importante instrumento de garantia dos direitos que é a Defensoria Pública, que é a possibilidade do direito real que a Constituição nos garante, que é o direito de defesa a todos, sobretudo àqueles que não têm a condição de pagar honorários a um advogado. E a Defensoria Pública está sempre atenta em nosso Estado.

Não foi à toa que, por conta desse importante protagonismo, recebeu recentemente, sob sua chefia, uma menção honrosa, entregue pelo presidente Lula, pela ação junto aos conflitos fundiários em nosso Estado, numa ação preventiva à violência.

Quero saudar o vereador Joseval Rodrigues, que aqui representa a Câmara de Vereadores de Salvador, poder também importante para este debate sobre a segurança pública, já que ainda não temos na Constituição Federal o papel da cidade, do poder municipal nessa questão da segurança pública. Nós precisamos avançar para que a Constituição traga também a responsabilidade do poder público municipal.

Quero saudar também o capitão Sérgio Ricardo Brilhante, que representa o comando do 2º Distrito Naval; o capitão da Polícia Militar Jarbas Carvalho, representando o comandante da Polícia Militar, coronel Nilton Mascarenhas, que também tem tido a coragem de fazer o bom debate junto às comunidades. Vejo aqui várias lideranças de comunidades de nossa cidade, que sabem da importância da ação junto à Polícia no dia-a-dia para se construir a segurança pública que todos desejamos.

Por último, tão nobre quanto todos os outros, quero saudar Carlos Prazeres, que representa as comunidades, os leigos da nossa Igreja Católica, que tem assumido o

chamado da CNBB para se discutir a Campanha da Fraternidade.

(Lê) “A partir da ação de três padres em 1961, responsáveis pela Cáritas Brasileira, nasceu uma campanha para arrecadar fundos para as atividades assistenciais e torná-la, a Cáritas, autônoma financeiramente. A atividade foi chamada, já naquela época, de Campanha da Fraternidade e realizada pela primeira vez na quaresma de 1962, em Natal-RN, com a adesão de outras três dioceses e apoio financeiro dos bispos norte-americanos.

Em 1963, 16 dioceses do Nordeste realizaram a campanha. Não teve êxito financeiro...”

Esta é, sem dúvida, uma dificuldade das campanhas financeiras em nossas comunidades no dia-a-dia, e não seria diferente numa campanha como aquela, mesmo na dimensão de 16 dioceses.

(Lê) “(...) mas foi o embrião de um projeto anual dos organismos nacionais da CNBB e da Igreja, em particular, no Brasil. A partir daquele momento, iniciou-se o processo de realização, à luz e na perspectiva das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (Evangelizadora) da Igreja em nosso País, da Campanha da Fraternidade.

A Campanha da Fraternidade foi aprovada pelo Concílio Vaticano II. O primeiro documento conciliar aprovado foi sobre a Liturgia. O documento *Lumen Gentium* surgiu de um discurso do cardeal Suenens, no final da primeira sessão.

A Campanha da Fraternidade é um grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal de conversão, renovação interior e preparação para a Páscoa. Inicialmente, as campanhas eram mais voltadas para a vida interna da Igreja, a exemplo dos primeiros temas da CF: Igreja em Renovação, em 1964; Doação, em 1968; e Serviço e Vocação, em 1972. A reflexão sobre a pobreza e da urgente presença transformadora nas estruturas sociais. A partir daí, a Conferência de Puebla acentuou ainda mais a dimensão social da fé e da vivência cristã, a fim de superar a situação de marginalização, opressão e exclusão em que vive a maioria do povo, criando-se um clima de comunhão e participação.

A campanha da Fraternidade tem três objetivos gerais que nos ajudam a entender essa ação evangelizadora da Igreja:

- Despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo os cristãos na busca do bem comum;
- Educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho;
- Renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária (todos devem evangelizar e todos devem sustentar a ação evangelizadora e libertadora da Igreja).

As referências para as escolhas dos temas da campanha da fraternidade são baseadas nos desafios sociais, econômicos, culturais e religiosos da realidade brasileira e as diretrizes gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Após 46 anos mais uma vez a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) nos convida a participar da Campanha da Fraternidade com um tema atual e presente na vida de todos nós, a Segurança Pública. Em 2009 a Campanha da Fraternidade traz como tema Fraternidade e Segurança Pública e como lema uma citação do Livro do Profeta Isaías: ‘A paz é

fruto da justiça' (Is 32, 17), com o objetivo de 'suscitar o debate sobre a segurança pública e contribuir para a promoção da cultura da paz nas pessoas, na família, na comunidade e na sociedade, a fim de que todos se empenhem efetivamente na construção da justiça social que seja garantia de segurança para todos'.

O tema eleito demonstra mais uma vez a proatividade da Igreja em trazer à tona o debate de questões que, embora bastante evidentes, muitas vezes ficam nas entrelinhas discursivas e mesmo quando bastante discutidos, isto costuma se dar em esferas distantes das comunidades populares. No momento atual, a questão da segurança pública é uma temática que perpassa toda a sociedade brasileira, expressa em atos extremos de violência que têm sido verificados com relativa regularidade, além das diversas modalidades de violência registradas cotidianamente. A CNBB assume uma postura de enfrentamento a essa questão pela via do Evangelho de Jesus Cristo, alertando o Brasil para a necessária relação entre paz e justiça, o que nos remete a discussões muito mais amplas, concernentes às condições de vida das pessoas, à postura dos representantes do povo no trato da coisa pública, ao papel dos cristãos e dos cidadãos em geral na transformação da realidade em que vivemos.

'Fraternidade e Segurança Pública' é um grito de denúncia contra os crimes e as mazelas sociais, mas acima de tudo, é um convite à criação de uma cultura de paz com justiça social. É uma convocação à reflexão em conjunto para encontrar caminhos à superação dos conflitos que degradam a nossa sociedade. É um brado contra todo tipo de violência, seja contra a criança, contra a mulher, contra a diversidade, contra os índios, contra os negros, contra a natureza. A Campanha da Fraternidade 2009 hasteia vigorosamente a bandeira dos direitos humanos a fim de sensibilizar homens e mulheres de todas as idades, de todas as etnias, de todos os estratos sociais."

De todas as camadas sociais, para que se unam no compromisso comum em favor da vida. A Campanha da Fraternidade nos convida a ver, a julgar e agir na sua tradicional metodologia. Precisamos enxergar todas as violências cometidas desde o ventre familiar, mas a julgar a partir da luz do evangelho no sentido de construir a paz e a agir através de gestos concretos, de ações legislativas na execução de políticas públicas que garantam a paz e a prevenção.

Há a violência contra a criança e o adolescente, o abuso e a exploração sexual, a agressão dos filhos, a violência contra a mulher, da qual, mais uma vez, temos um exemplo em Salvador. Ainda no dia de ontem, aconteceu um assassinato cometido por um senhor de 54 anos, que matou sua companheira com 12 facadas. Há o abuso e a exploração também do alcoolismo e outras dependências químicas que corroem as famílias, entre elas, o aborto como uma saída a atitudes irresponsáveis de alguns jovens.

Se a camisinha, o preservativo deve ser, em muitos momentos, e aproveito aqui a oportunidade de ser leigo da nossa Igreja, se ela, em muitos momentos, pode e deve ser usada, não pode ser um pretexto para encobrir a responsabilidade de atos inconsequentes. Ter um filho é, sem dúvida, um dos melhores presentes que Deus pode dar ao homem ou à mulher. Portanto, deve ser fruto de uma relação de respeito, de uma relação de amor. O aborto não pode ser o instrumento da irresponsabilidade de muitos na perspectiva de eliminar um erro de muitos. Portanto, não ao aborto, na defesa de um ser humano que está por vir, também é preservar a vida.

Os meios de comunicação hoje contribuem para o aumento da violência, grande parte deles, quando repassam valores que fortalecem a disseminação de uma mentalidade violenta, onde alguns programas tratam a violência como um grande espetáculo. Não podemos admitir que os direitos humanos sejam desrespeitados e infringidos pelos meios de comunicação. Esses programas, hoje, infelizmente, são os mais assistidos, estão entre os mais assistidos da Bahia e muitos semelhantes em todo o Brasil. Esses não contribuem para a construção de uma cultura de paz, ao contrário, incitam a violência, propagam a vingança, o ódio e o medo. E sobretudo nós, Dom Josafá, católicos, cristãos, temos que nos vigiar. Muitas vezes, nós ainda legitimamos a possibilidade da pena de morte. Infelizmente, o povo simples ainda é aquele que assiste a esses programas, ainda é aquele que faz da página policial a mais lida dos jornais escritos.

(Lê) “É necessário combater o racismo e a violência contra a juventude negra. Desde 2003 apresento nesta Casa um requerimento solicitando aos parlamentares baianos a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a existência de grupos de extermínio em Salvador e na Região Metropolitana”, senão em todo o Estado. Ainda não conseguimos os números necessários para instalar essa CPI.

Evidências sobre os grupos existem desde muito e são conhecidas de todos nós. E, infelizmente, fomos surpreendidos, recentemente, neste mesmo ano, pela existência de um cemitério clandestino na Paralela, conhecido como ‘Micro-ondas’, para onde as pessoas são levadas para serem brutalmente condenadas, julgadas, lembrando o brutal assassinato de Jesus e seu irregular julgamento e execução pelo Estado romano, lembrando que a esse espaço ali, Padre Franco, os jovens eram levados e sumariamente condenados à morte, torturados e assassinados.

Não posso crer que não tenha a participação de homens e mulheres que deveriam, Padre Jorge, garantir a nossa integridade física e moral. Não posso crer que um cemitério clandestino, dentro da Cidade do Salvador, não tenha a participação de agentes da segurança pública. Digo isso com muito pesar, porque sei que a maioria absoluta desta instituição Polícia Militar não merecia ter alguns que não enobrecem essa tão respeitada instituição da Polícia Militar e, infelizmente, temos ainda maus policiais militares e civis, que atuam nesses grupos de extermínio.

Tanto quanto temos que, verdadeiramente, denunciar todo tipo de crime, todo tipo de violação aos direitos humanos, temos também de denunciar o homem público quando seduzido pela corrupção adentra no pior capítulo do ser humano que é o crime. Devemos condenar todo deputado, policial, defensor público, vereador, promotor, delegado de polícia que são criminosos.

Infelizmente o nosso Código Penal, Dom Josafá, ainda diz que criminoso rico tem que ter cadeia especial. Precisamos, verdadeiramente, mudar as leis, mas não perdemos por esperar porque a Campanha da Fraternidade de 2010, sem dúvida alguma, será uma boa oportunidade para discutir a corrupção em nosso País e a necessidade da mudança das leis. Vale lembrar que (lê) “(...) das nossas ações em combate à violência podemos destacar a criação do Dia Estadual de Combate aos Homicídios e à Impunidade que acontece no dia 26 de agosto.” Dia em que ocorreu no Bairro do Lobato, nesta cidade, uma chacina que vitimou 4 jovens negros e pobres, como é a maioria”

E para desmentir alguns que ainda se submetem a uma lógica mentirosa de uma velha elite que não tolera a possibilidade de direito para jovens, negros e pobres, nenhum dos jovens assassinados tinha passagem pela polícia.

(Lê) “Com a ação articulada entre o nosso mandato e os movimentos sociais organizamos e conseguimos aprovar esta Lei que constitui o dia 26 de agosto como um dia de luta e mobilização social contra a violência. E ainda se tratando da juventude temos que impedir a redução da maioridade penal.”

Infelizmente, deputados federais e senadores da República numa atitude, Dom Josafá, covarde, mesquinha e simplista levam mais uma vez ao Congresso, neste mês, a discussão sobre a redução da maioridade penal.

Os deputados do Congresso deveriam estar preocupados em colocar crianças numa escola de boa qualidade e não colocá-las mais cedo na cadeia. Aham que o castigo é a melhor solução para aqueles que, na maioria das vezes, não tiveram políticas públicas garantidoras de dignidade, portanto já tiveram um castigo, que tenham outro que é ir para a cadeia mais cedo como já disse.

(Lê) “O ECA é o grande alicerce das políticas para a criança e o adolescente e as medidas sócio educativas é a maneira correta de tratarmos este problema.”

A violência no campo - vale lembrar e saudar os nossos companheiros e companheiras do MST que no dia de amanhã estarão aqui onde faremos uma sessão especial lembrando não só dos 25 anos desse importante movimento social brasileiro, mas também daqueles homens e mulheres que foram brutalmente assassinados em El Dourado dos Carajás.

É importante lembrar que a luta no campo deve ser por política pública, ou seja, por reforma agrária, e não uma luta violenta. O movimento não tem sido pacífico, por isso infelizmente alguns membros da maior corte da justiça brasileira ainda insista em criminalizar esse importante movimento social dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra.

Infelizmente, essas mortes e violência no campo não pararam por aí. Em 2005 fomos abalados com o assassinato brutal da irmã Dorothy que repercutiu negativamente não só no Brasil mas também em todo o mundo. Volto a dizer que isso não impediu a continuidade da violência.

O combate à violência passa também pelo enfrentamento da violência urbana, do tráfico de drogas e de seres humanos e dos assaltos à ônibus. Ontem houve mais um brutal assassinato num assalto de ônibus em que ficou demonstrado para todos nós que combater a violência com violência não resolve nada.

Sabemos a importância do patrimônio de cada um e quanto suor ele custa, mas uma pessoa do ônibus ter sacado uma arma para enfrentar o marginal que também portava uma arma de fogo levou, infelizmente, ao assassinato de um trabalhador, quando voltava para casa depois de trabalhar durante toda a noite. É importante lembrar neste momento, de Gandy, que foi o grande construtor da luta do enfrentamento da independência do seu país, se não um construtor, notadamente registrada a passagem dele no nosso mundo pelo homem da não violência.

Vale lembrar, padre Franco, que uma certa vez, o filho de Gandy disse: meu pai, se alguém viesse me matar, o que você faria? Ele disse: não confunda paz, passividade, com covardia. Portanto, não somos chamados a ser covardes, nós somos chamados a

possuir a terra, como nos diz o Sermão da Montanha: mansos, bem aventurados, resistentes. Precisamos verdadeiramente ter na organização a capacidade de enfrentar a violência não com a violência, mas com a paz.

(Lê) “A construção da cultura da paz, não é só um mero discurso, tem que se constituir como uma mentalidade que nos ajude a pensar e agir a favor da paz, todos juntos, o poder público e a sociedade civil organizada. Só assim as promessas escritas nos versículos finais do capítulo 32 do livro do profeta Isaías serão colocadas em prática, ele nos diz que ‘O fruto da justiça será a paz, e a obra da justiça consistirá na tranquilidade e na segurança para sempre. Meu povo habitará em moradas de paz, em mansões seguras e em lugares tranquilos. Embora a floresta venha abaixo, embora a cidade seja humilhada, sereis felizes, semeando junto de águas abundantes, deixando andar livres os bois e os jumentos’.”

Quero aqui dizer que Isaías nos inspire, que o homem que teve a coragem de lutar contra o estado repressor e, mesmo assim, venceu a morte, nos inspire. Que a campanha da fraternidade seja para nós, Dom Josafá, mais uma demonstração da importância que os nossos bispos do Brasil, entre eles V.Ex^a faz parte, seja o espaço de potencializar essa luta de forma consequente e, como disse, se esse é um tema que nós discutimos constantemente, como tema da campanha da fraternidade, temos muito mais a possibilidade de ampliar o debate, de levar para a pequena comunidade, de discutirmos com dois, com três, com 10, com milhares. E as nossas comunidades, nossas dioceses todas estão fazendo essa discussão.

Na semana passada estive da arquidiocese de Amargosa fazendo esse grande debate com 14 cidades daquela diocese, junto com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, com as Polícias Militar e Civil e com a sociedade civil organizada. Essa é a tarefa de todos nós, fazer o grande debate.

Este ano, Dom Josafá, sem dúvida, a ação profética de vocês faz com que, exatamente no ano de 2009, seja o ano da primeira conferência estadual de segurança pública e a primeira conferência nacional de segurança pública, convocadas, respectivamente, pelo governador Jaques Wagner e pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Portanto, esse debate é, sem dúvida, consequente, padre Jorge, que fará com que aquela caminhada que saímos da paróquia às 5 horas da manhã, que pôde numa discussão importante com a Polícia Militar, constituir a companhia, independente da Polícia Militar naquele bairro, que é uma luta de Mussurunga e de tantos outros bairros, que é um desejo de uma relação cada vez mais próxima com a Polícia. Qualquer violência que nós sofremos, primeiro lembramos do Senhor do Bonfim e depois, lembramos imediatamente da Polícia.

Sabemos da importância da Polícia, mas do nosso lado, parceira, não só na ação constitucional da Polícia Judiciária, da Polícia Civil, que é de investigar o crime quando ele já aconteceu. Mas a importante ação da Polícia Militar, que é o policiamento ostensivo, preventivo exatamente para que a violência não aconteça. Portanto a segurança pública se constitui a partir da política pública, a partir da sociedade organizada, discutindo, influenciando, sugerindo, ajudando a decidir.

Eu não tenho dúvida, e digo muito tranquilamente para esta Mesa e toda essa plateia, como militante dos Direitos Humanos, Dr^a Tereza, que há dois sentimentos que

nos pegam em todas as esquinas, ou em muitas esquinas, que são o desespero e o entusiasmo. Quero crer que o meio termo nos faz continuar na luta, que é a resistência. Que a resistência seja a nossa marca, para que possamos construir uma Bahia de todos nós, uma sociedade segura, e que este debate seja constante na defesa da vida, na defesa dos direitos humanos.

Muito obrigado a todos.

(Sem revisão do orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra a D. Josaphat Menezes, representante de D. Geraldo Majella.

O Sr. D. JOSAPHAT MENEZES:- Exmº Sr. Presidente desta Assembleia Legislativa; prezado deputado Yulo, que propôs esta sessão solene, trazendo para esta Casa o debate que as comunidades católicas no mundo inteiro, de modo especial no Brasil, estão fazendo durante esta Campanha da Fraternidade; Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Lidivaldo Britto, chefe do Ministério Público, na pessoa de quem quero saudar os outros componentes desta Mesa importante nesta tarde; prezados sacerdotes aqui presentes; lideranças das comunidades e dos movimentos sociais neste dia todo especial; senhoras e senhores, o quadro que ilustra e embeleza esta Casa apresenta o Senhor do Bonfim passeando pelas águas da Baía de Todos o Santos, caminhando pelos seus mares para dizer da presença vitoriosa de Jesus nos mares desta nossa cidade, atravessando por eles, significando que Jesus de Nazaré, aquele que venceu a morte, como disse muito bem o deputado, está presente quando nossa sociedade quer enfrentar e vencer os grandes problemas, de modo especial quando a sociedade civil quer discutir e apresentar possibilidades novas para resolver o gigante problema da segurança pública em todo o nosso imenso Brasil.

A Campanha da Fraternidade acontece, sobretudo, nos dias do período pascal, mas, como se trata de um tema tão importante, ela se estende por todos os dias do ano e acompanha a vida pastoral da Igreja durante o ano inteiro. As campanhas da Fraternidade, todas, depois se tornaram iniciativas pastorais definitivas, fixas, para que a sociedade brasileira tivesse uma ação concreta da Igreja direcionada aos problemas crônicos em nosso mundo.

Por isso, caros amigos aqui reunidos nesta tarde, continuamos discutindo o tema da Campanha da Fraternidade durante todos os dias de 2009. E certamente não terminaremos de discutir. Em 2009, teremos que fazer alguma atividade mais permanente para que um problema tão difícil possa ser constantemente afrontado pela sociedade brasileira e, de modo especial, pela Igreja Católica.

Ontem, celebrei a Páscoa na Unidade Prisional de Disciplina, a chamada prisão de segurança máxima, no Complexo Penitenciário do Estado da Bahia, na Mata Escura. Padre Felipe estava lá. Fomos celebrar a Páscoa nas três unidades, isto é, nos três pavilhões. E qual foi a minha surpresa: celebrei no Pavilhão C, e depois dessa celebração três jovens disseram-me que participavam da comunidade cristã.

Eles me perguntaram pelos padres, pelos párocos e também por algumas lideranças das comunidades. De modo especial, perguntaram por alguns jovens que estão em nossa comunidade. Fiquei pensando que o problema da segurança, do crime, não é mais uma questão marginal; é universal. Ou seja, é de toda a sociedade e diz

respeito, inclusive, às pessoas que estão mais ligadas à Igreja Cristã, que são aquelas mais selecionadas, que têm um diferencial ético importante.

Pude dar notícias dos padres e das lideranças. Muitos disseram que me viram enquanto eu celebrava a eucaristia.

Isso para dizer a extensão da criminalidade e da violência, como esse problema está, verdadeiramente, interessando a todo o tecido social.

Por que nós fazemos uma campanha? Por que a Igreja faz um apelo todo especial para a sociedade brasileira? Por uma única razão: nós acreditamos que Jesus de Nazaré está presente na sociedade. Se Ele está vivo, se não ficou preso às cadeias da morte, se venceu a morte, Ele está vivo. Se está vivo, está no meio nós. Está com os vivos. Estando com os vivos, Jesus de Nazaré quer ajudá-los a conseguir a plenitude da vida.

A ressurreição de Jesus, caros membros da Mesa e prezados amigos desta plateia, a vitória de Jesus sobre a morte, o modo como Jesus venceu o poder do mal, significa que nós temos e poderemos ter acesso a outro tipo de vida. Acreditamos que qualquer homem e qualquer mulher podem, de fato, mudar de vida, encontrar uma vida nova, renovar os seus propósitos, converter-se e assumir uma atitude de vida compatível com a realidade social.

Jesus Cristo está presente na sociedade para que as pessoas não se percam, possam empreender um caminho de vida nova e, verdadeiramente, encontrar um modo digno e pleno de vida. Precisamente acreditamos que é possível a conversão das pessoas, que elas podem encontrar uma nova maneira de viver e recuperar-se para retornar ao convívio social.

É por isso, caros amigos, que a Igreja insiste numa campanha e convida a sociedade civil a discutir e apresentar propostas concretas para a conscientização, a educação e a realização de políticas públicas interessantes, que possam combater a violência em nosso País. Por isso, estamos aqui e queremos continuar trabalhando para que a violência e a segurança pública sejam resolvidas em nosso Brasil.

Acreditamos que Jesus de Nazaré, vencedor, pode não só ultrapassar os tempos e os lugares, mas também alcançar os corações pela presença do Espírito Santo, que é vida nova, que ilumina, incentiva e regenera. Quando o Evangelho disse que Jesus foi, mas voltou – vou e volto - significa, caros amigos, que retornou não somente à Galileia, à Judeia, mas também retorna, em forma de inspiração profunda, de dom, regeneração aos corações daquelas pessoas que precisam de vida nova.

É por isso que vamos insistir..., e se o nosso trabalho de evangelização fosse mais eficiente, mais decisivo e incisivo, verdadeiramente recuperaríamos pessoas e faríamos a prevenção para que não ocorresse o que normalmente está ocorrendo: a nossa prisão e a sociedade brasileira toda estejam, assim, tão marcada pela violência e pelo crime.

Que esta sessão, a Campanha da Fraternidade e todas as nações sejam verdadeiramente importantes para que os problemas da segurança pública tenham fim e sejam equacionados da melhor maneira possível.

Parabéns, deputado, por esta iniciativa.

Quero conclamar a todos para o envolvimento na discussão e na concretização das pistas concretas da Campanha da Fraternidade.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica): - Passo a palavra ao Dr. Lidivaldo Britto.

Aproveito a ocasião para registrar a presença de Silvino, da Comunidade de Sussuarana; Jerônimo Roque, da Comunidade da Liberdade; nosso amigo Edson Rocha, importante companheiro na luta pelos direitos humanos; José Ribeiro, presidente da FROC, Frente Regional das Organizações Comunitárias.

O Sr. LIDIVALDO BRITTO:- Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar os nobres integrantes desta seleta Mesa na pessoa do digno deputado Yulo Oiticica, proponente da sessão; também todos os membros da Igreja, sacerdotes e leigos, na pessoa do bispo Josafá Meneses.

Para o Ministério Público esta campanha tem um significado muito importante, porque aborda um tema que é peculiar a nossa instituição, a segurança pública. Se nós formos analisar a segurança pública, precisaremos de muito tempo para aqui discorrer, uma vez que a segurança pública e a violência são temas complexos. Mas o importante é que a sociedade esteja mobilizada e atenta a essa questão.

Temos uma sociedade desigual, injusta com uma distribuição de renda que afronta a todos, o que é um sintoma de que algo necessita ser feito para que as pessoas tenham uma vida melhor. Nós sempre fomos um país em busca do desenvolvimento, sempre tivemos um grande contingente de despossuídos, mas nos últimos anos a violência aumentou consideravelmente. Por quê? O que ocorreu? Por que o nosso povo está vivenciando esta situação que há cerca de 30, 40 anos atrás não era tão intensa? Acredito que nós estamos vivenciando uma crise de valores, uma crise de princípios, a desestruturação familiar, a falta de fé e de ideal, a desesperança, a corrupção, o descrédito nas instituições, nos poderes públicos. Todos nós, gestores e autoridades, temos muita responsabilidade de reverter esse quadro, para dar um pouco de esperança à população a fim de que novos valores e princípios estejam presentes na sociedade.

Nós não queremos apenas prender a todos como se a sociedade necessitasse de uma grande prisão. A pobreza não está intimamente vinculada à prática de crimes ou a violência. Se fosse assim, os países mais pobres do que o Brasil teriam uma criminalidade muito mais alta ou então a violência seria muito mais intensa.

Estamos, nos últimos dias, vendo inclusive a violência campeando nas classes mais abastadas. Hoje, fiquei surpreso com um crime ocorrido, salvo engano, no Rio Grande do Sul, onde uma empresária matou o marido, a irmã, a sobrinha, depois tentou suicídio, porque estava passando por dificuldades financeiras e queria levá-los consigo num ato de desespero. Acho que esse crime é uma prova da falta de valores, da falta de princípios. No entanto, temos, aqui em Salvador, nossos jovens completamente abandonados, principalmente nos bairros carentes, sem perspectivas, sem que os poderes públicos possam oferecer capacitação, inclusão social, uma vaga no mercado de trabalho. Todos nós temos que concentrar esforços a fim de que possamos contribuir um pouco, a sociedade civil, as entidades governamentais, para minorar esta questão.

No que tange à violência policial, ontem, no Ministério Público, com a presença do digno comandante da Polícia Militar, coronel Nilton Mascarenhas, houve a certificação de policiais militares que participaram do Curso de Capacitação em Direitos Humanos. Esse curso é fruto de um convênio entre Ministério Público, as

Polícias Civil e Militar e a Universidade do Estado da Bahia.

É uma contribuição que prestamos para que o policial tenha cada vez mais o discernimento necessário, o bom senso para usar a força como último recurso, como última instância, um sendo mediador de conflitos. Principalmente pelo fato de estar em contato permanente com questões ligadas às comunidades, ele poderá ser um mediador dos conflitos sociais. Esta é a sociedade que sonhamos e almejamos. Depende de nós.

Parabéns à Igreja Católica pela escolha desse tema num momento tão crucial para a sociedade brasileira. A criminalidade e violência existem em todos os cantos do Brasil.

Que Deus nos abençoe.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Gostaria de registrar as seguintes presenças: Gabriel Oliveira, secretário da Juventude do PT; Yague, da Paróquia São Bartolomeu, em Pirajá; pastor Reinaldo, de Mussurunga; Francisco dos Santos, presidente da ACAC, Associação Comunitária dos Amigos de Canabrava; ProJovem Adolescente de Pau da Lima; Rogério Vieira Maia, coordenador da Pastoral da Juventude de Bom Jesus da Lapa; Aroldo Neilton dos Santos, da Associação de Mussurunga; Eucimar Freitas, do Fórum da Juventude Negra; Comunidade Shalom; Rita Souza, da Associação Comunitária Unidos do Lar; Ariselma Pereira, coordenadora da Proteção Básica da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; Antônio Sabino da Silva, representante do MST; Hildete dos Santos, assessora de Políticas Públicas da Pastoral da Criança, nossa querida Hildete; Maagpias, orientadora do ProJovem Adolescente, de Valéria; padre Jorge Britto, da Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, de Pau da Lima; padre Franco, da Paróquia São Daniel Comboni, de Sussuarana.

E aproveito para parabenizar os 40 anos de sacerdócio do padre Severino Perini, comboniano e um dos mais importantes militantes da luta pelos Direitos Humanos da Igreja Católica, que na Paróquia de Pau da Lima teve a coragem de enfrentar a violência. Ele dá a demonstração de fidelidade ao compromisso e a vocação, completando 40 anos de sacerdócio e serviço à Igreja e ao Povo de Deus.

Pois bem, volto a registrar os presentes: Hildebrando dos Santos, vice-prefeito de Bom Jesus da Lapa; Luiz Ferreira, da OAB e do diretor da Colônia Penal de Simões Filho; Edson Rocha Santos Neto, gestor educacional da Rede Franciscana; Frederico Pereira, assessor do vereador Carballal; Ana Maria Freitas de Oliveira, da Pastoral da Criança da Paróquia Nossa Senhora da Piedade; padre Felipe, da Pastoral Carcerária; sargento Absolon, coordenador da Polícia Humanitária, ele tem muitas fardas; Gil de Leon, coordenador da ONG Entre Aspas, do Nordeste de Amaralina.

Quero também registrar várias comunicações de ausência, entre elas a do nosso governador Jaques Wagner e do nosso deputado Federal Nelson Pelegrino, que por conta de compromisso e da CPI do grampo não pôde estar presente. Ele foi o autor de uma sessão no Congresso sobre a Campanha da Fraternidade.

Queria registrar também, tomo aqui a ousadia, Dom Josafá, a comunicação do nosso mui carinhoso Dom Gilio Felício, bispo de Bagé, que coloca na sua identidade:

bispo de Bagé e amante da Bahia. Nessa demonstração não há nem um pouco de infidelidade a Bagé, mas de profundo amor à Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concedo a palavra à Dr^a Teresa Cristina.

A Sr^a TERESA CRISTINA:- Boa-tarde a todos.

Quero saudar brevemente todos da Mesa, inicialmente o proponente desta grande sessão, deputado Yulo, que, diuturnamente, na luta pelos direitos humanos, nesta Casa, tenta a cada dia que passa buscar, não só simbolicamente, mas nos lembrar da humanidade que temos em cada um de nós e do compromisso que temos com aqueles que assumem este papel no sentido de não perder a perspectiva de que, em qualquer ação, se a gente não se desprender dos nossos cargos para entender o outro como irmão, como é a proposta do Cristo, de nada adianta as atividades que assumimos, porque todas elas se esvaem ao longo do tempo.

Quando saímos desta cena levamos a nossa espiritualidade, e é essa espiritualidade que é a verdadeira mola mestra de todo o nosso caminho. E esta cena tem que ser materializada com o compromisso espiritual, o qual ficou tão bem demonstrado na Páscoa. Apesar de toda a violência, violência de forma bastante significativa para cada um de nós, o Cristo, numa resistência digna e pacífica, suportando com toda a humanidade todas as dores de violência brutal que hoje acontecem com muitos e muitas, no silêncio e na aceitação, não na passividade, sabia que o compromisso não estava nesta cena, o compromisso vinha exatamente de um papel maior. E é por isso que a mim encanta esse compromisso e essa Campanha da Fraternidade.

Por isso, deputado, acredito que V.Ex^a lembrará eternamente das andanças da Comissão de Direitos Humanos. E se um dia ela tiver que ser homenageada com um nome nesta Casa deverá ser com o seu (Palmas). Ainda como militante na Associação de Defensores Públicos conheci com V.Ex^a os presídios, conheci com V.Ex^a os lugares nos quais, através das nossas indignações, comungamos e nos fortalecemos no nosso querer. Quem sabe V.Ex^a um dia numa atividade de execução neste governo ou em outro – e nós fomos convidados pela classe e o governador com respeito a uma decisão da classe contemplou... Não nos esqueceremos do nosso papel, porque entendemos que toda e qualquer atividade só se vivifica quando temos esse compromisso com o outro.

Queria saudar Dom Josafá, que aqui está representando o nosso bispo Dom Geraldo Majella, e em nome dele queria saudar todos os presentes à Mesa, todos vocês, representantes de toda a comunidade, todos os sacerdotes, a Polícia Militar, enfim todos aqueles que se fizeram presentes.. Sei que são vocês que fortalecem a luta de cada entidade, e eu tenho uma experiência muito positiva na comunidade do Nordeste, no Vale das Pedrinhas, onde frequento a missa celebrada por um grande líder, um homem especial que é o Padre Renato Minho. Sei que V.Ex^a, inclusive, já fez parte daquela comunidade. Sinto-me vivificada e optei por estar lá exatamente num dia em que fui fazer um trabalho pela Defensoria Pública. Vi o compromisso daquele padre de estabelecer contato direto com aquela comunidade para estabelecer um nível de dignidade àquelas pessoas - e cada uma delas tem -, por não se sentirem criminalizadas pelo bairro onde moram e se sentirem comprometidas com papel de cidadão.

No Domingo de Ramos, tive a felicidade de participar de uma missa que reuniu todas as Igrejas daquele espaço do Nordeste, do Cristo Redentor e também da

comunidade do Vale das Pedrinhas. Feita uma apresentação, as pessoas reunidas ali demonstravam um compromisso com a luta pela qualidade de vida e com a qual a Defensoria Pública se irmana. A Defensoria Pública já disse lá que tem um compromisso muito grande de fortalecer esse caminho.

Então, acredito que eu não poderia deixar de vir a esta sessão, nesta Casa, neste momento, para lhes dizer que a gente se irmana a essa luta porque, coincidentemente, o governo federal abraça uma causa que é a do Pronasci – I Conferência Nacional de Segurança com Cidadania. É corajoso, humilde porque a gente sabe que vencer uma violência que veio construída ao longo de todo um tempo, principalmente neste Estado, principalmente neste País, é assumir um compromisso de chamar gestores, chamar trabalhadores e chamar a sociedade civil para se comprometerem com uma causa e se propor a falar.

A Defensoria Pública, em maio, pretende fazer uma conferência livre, já convidando a Pastoral Carcerária, o Conselho da Comunidade, todas as associações e comunidades envolvidas para que possamos levar, nesta conferência que a gente fará em maio, um grande documento para a conferência estadual que teremos no do Estado da Bahia. Também, dentro de uma resistência pacífica e digna, a Defensoria conseguiu um espaço para realizar, no final de junho, um seminário temático sobre Segurança Pública e Acesso à Justiça. E eu queria convidar, Dom Josafá, a Igreja para se irmanar a esta causa conosco. A gente quer que a Igreja faça parte desse seminário, e convidar representações da Igreja. Convidamos o deputado, também todos os parlamentares envolvidos com essa causa, porque a gente sabe que ela não vai se encerrar nessa conferência, ela vai ter um marco, marco forte para envolver todos sem diferença de locais, de espaços, de estaturas, de cargos e de posições - as quais temos. Somos seres humanos comprometidos com uma melhor qualidade de vida e com um olhar igual para todos.

Queria trazer nesta fala ainda um documento de Aparecida. Ao retomar Medellín e Puebla onde... Lembro-me de uma fala, trouxe-a aqui para reafirmar a opção em favor dos pobres, porque esse é o compromisso da gestão: *“Nossa opção pelos pobres corre o risco de ficar em plano teórico ou meramente emotivo, sem verdadeira incidência em nossos comportamentos e em nossas decisões. É necessária uma atitude permanente que se manifeste em opções e gestos concretos e evite toda atitude paternalista. Solicita-se dedicarmos tempos aos pobres, prestar a eles amável atenção, escutá-los com interesse, acompanhá-los nos momentos difíceis, (...) procurando, a partir deles, a transformação de sua situação.”*

Não é novidade para nenhum de nós que, lamentavelmente, criminalizemos a pobreza, a raça, mas cada um de nós tem que fazer, todos os dias, uma oração ao alto para se comprometer com essa causa.

Por isso, em nome da minha instituição, dos meus colegas, nos irmanamos nessa campanha e vamos contribuir – esse seminário é nacional – convidando todos os defensores do Brasil para estarem aqui demonstrando o compromisso do Pronaf, porque acreditamos que, simbolicamente, se irmana com a Campanha da Fraternidade deste ano.

E termino, exatamente, com um trecho desta canção maravilhosa, que é o Hino da Campanha da Fraternidade, que diz: (lê) *“É como teia de aranha, a segurança de*

quem confia só nas armas, no poder. Não é violência, não são grades ou vingança que irão fazer paz e justiça florescer.” (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Convido, para fazer uso da palavra, o nosso companheiro Carlos Prazeres.

O Sr. CARLOS PRAZERES:- Se nós homens e mulheres de boa-vontade cultivarmos a árvore da justiça, certamente colheremos o fruto tão desejado por todos: a paz.

Quero, em primeiro lugar, parabenizar o nosso companheiro Yulo pela realização desta sessão e já também externar o meu entristecimento por um Plenário tão vazio, de qualidade, mas vazio. A nossa Igreja Católica tem público para encher 10 estádios de futebol, mas, na hora de vir às ruas, Dom Josaphat, tem medo. Criticamos o poder, o padre, o bispo, mas na hora que cabe a nós, que somos Igreja, tanto quanto o clero,... nos escondemos.

Quero repudiar também, quando vejo esse painel com 63 Srs. Deputados, a ausência dos Srs. Deputados nesse Plenário, pois apenas três se fizeram presentes à Casa e agora apenas um está aqui. Será que esse tema não é importante para os nobres deputados, representantes do Estado da Bahia? (Palmas) Costumo dizer, deputado Yulo, que não existe vereador pelo bairro, o vereador é pela cidade; não existe o meu deputado, o meu representante, existe aquele em quem confio mais, ao qual estou mais junto e ajudei a eleger, no caso o Sr. Yulo. Mas os demais parlamentares, quer queiram quer não, são nossos representantes e cabe-nos pô-los para trabalhar.

Quero parabenizar toda a Mesa na pessoa de Dom Josaphat, que chamamos, na Liberdade, “O bispo das ruas” e destacar ainda que, quando mataram o companheiro diácono Sérgio, há pouco mais de dois anos, estive na manifestação e lá estava Dom Josaphat, na rua. Coisa que raramente vemos é padre na rua, muito menos bispo, ainda mais para fazer protesto, e ele estava lá. Lá aprendi uma coisa e disse à minha comunidade: não quero solidariedade depois que morrer; a solidariedade era estar aqui agora para defender a vida, porque costumamos dizer todo o mundo é bom depois que morre, vamos às ruas, mas, quando queremos realizar um trabalho social – o trabalho que a Igreja manda, o trabalho que a doutrina social da Igreja manda –, muitos padres nos totem, abaixamos a cabeça e não o realizamos.

Quero falar também, no que diz respeito à nossa igreja, sobre o padre Jorge, que, para muitos, não presta, porque vai à frente e quer que vamos atrás. Não queremos ir, não queremos ser o cristão verdadeiro – até porque não existe meio-cristão; ou se é ou não se é. Cristão que só imita Jesus, de ir ao monte rezar! E hoje, imitando ele, a gente vai à igreja rezar, se sentir bem. Mas cristão que não imita o Jesus que voltava do monte para o mundo para incomodar quem estava no poder, e por isso mataram ele. E eu costumo dizer que nós queremos ser mais sábios que Jesus. Dizemos assim: se Ele orou e se deu bem, é isso que eu vou fazer. Ele agiu e se deu mal, então isso eu não vou fazer.

Quem quer ser cristão tem que ser completo, 100% cristão, no templo e na rua. A gente sempre ouve dizer que depois da missa vem a missão. Qual é a missão? A missão de fechar os olhos aos problemas que estão lá?

Eu coordeno um grupo Jesus Cidadão, fundado há quase 10 anos, foi fundado com 12, ficou com dois, depois ficou com um, porque o companheiro João faleceu, e hoje tem duas pessoas. O único padre que ainda deu um certo apoio foi André Alexandre. Nós temos que criticar nossa carne também. E quando eu critico a igreja estou criticando a mim próprio. Não é falando mal, não. É tentando corrigir, Josaphat.

Nas doações de sangue que se faz desde 2001 só um padre chegou a ir no ônibus para orar, para enviar aquele povo que ia doar sangue, e até chegou a doar sangue também, foi o Padre André. Coloquei no nosso mural, na semana passada, a divulgação desse evento, desses cursos que o Instituto da Família está dando e foi tirado do mural. Estamos fazendo um encontro de vereadores no próximo sábado, não foi divulgado na paróquia, a não ser pelos cartazes que eu coloco, por investimento nosso, pois aquilo em que acredito eu invisto.

Estou colocando isso, gente, porque não é a minha paróquia só, não, mas por desabafo, como cristão, porque é preciso que nós tenhamos a certeza que o Espírito Santo não age só no Papa, no bispo, no clero, não. Age em todos nós e age até em ateu, porque a história está aí mostrando. O ateu que é aquele filho que disse que não ia e que agora vai. E muitos de nós que estão comungando, inclusive eu, podem não galgar o reino de Deus. Estou dizendo sim, mas na hora vou recuar, não vou lá. E aí? Então vamos refletir sobre isso, minha gente.

Violência não é apenas tiro e facada. A gente só imagina isso. Tiro e facada são consequências de tantas outras violências que sofremos no dia-a-dia.

O Ministério Público, infelizmente, foi embora, não vai ouvir a parte dele. O Ministério Público convocou a *TV Record* e a *TV Aratu*, essas duas emissoras que estão fazendo apologia à violência, estão agredindo os nossos lares. E quando a gente critica, vem a imprensa e diz: desliga a televisão. Desligar a televisão para a família é gerar mais violência. (Palmas) Porque as pessoas, por curiosidade, querem ver o desfecho. Eu colocava isso no dia em que fui à sessão na Câmara exatamente no dia em que liguei a televisão, estava no canal 4, para descansar após o almoço, e me apareceu um cadáver, em close, sem distorção de imagem, todo perfurado de faca, e a câmera varrendo.

E o Ministério Público? Inclusive na rádio eu perguntava será que receberam dinheiro para se calar diante da televisão. Agora não venham me processar porque eu estou perguntando, porque é isso que deixa transparecer.

Não é possível, companheiro Yulo, que o Ministério Público não tem poder para mudar esse tipo de coisa, para defender aqueles que o mantém lá, aqueles que pagam o salário deles.

E também fica para esta Casa, para os 63 deputados. Há as exceções, aqueles que tentam, como o deputado Yulo que foi pedir a CPI dos grupos de extermínio e quase foi exterminado. Todo mundo que acompanha ele sabe disso.

É preciso que nós chamemos os deputados aqui, aqueles que garantem retribuir as promessas que fizeram nas campanhas, para cobrar do Ministério Público uma ação contra esses crimes, como o programa de TV que os meninos gostam, *Malhação*. É um veneno para a família, jovens bonitos, maquiados, mas roubando e só puxando o tapete do outro. No fim, em um capitulozinho vai ter a punição, mas quem não viu a punição, o viu se dar bem. E nós estamos assistindo de camarote até atingir o nosso filho, gente? Na hora em que atingir a gente, pouco vamos fazer. Temos que sentir a dor do outro, é

isso que Jesus nos ensinou. Somos ou não somos cristãos?

Outra violência: aí, é para o senhor, Deputado Yulo. Empresas terceirizadas que hoje dominam as empresas estatais e as empresas públicas, caloteando os trabalhadores no dia a dia. Isso, também, é violência. (Palmas)

Na Petrobras, os companheiros foram caloteados por uma tal de Ravelli, recentemente. Calam-se coitados, para continuarem na próxima empresa. Ficam doentes, porque você cedeu o seu direito, está na Justiça que tem juiz de plantão para soltar ladrão de colarinho branco, tem juiz de plantão para estar dando liminar uma em cima da outra a cada 24 horas, mas para o trabalhador, não, fica na gaveta.

Está aí o Polo com a clausula 4ª e a Petrobras com a PL 83 há mais de 20 anos. Não aparece um juiz macho. Estou dizendo isso aqui, disse na rádio, não aparece um juiz macho para fazer justiça para preto pobre.

Não tem gente, está na hora da gente se mobilizar. O povo tem que voltar às ruas, porque o PT é quem levava, mas o PT, hoje, infelizmente é dominado pelo sistema. Não culpo a direção do PT, culpo muitos colegas nossos que ocuparam cargos e trocaram ideais pelos cargos, muitos colegas de sindicato, infelizmente, mas é preciso que se volte às ruas, que peguem deputados como o companheiro Yulo e outros mais que podem ter aí, gato pingado, mas vamos segui-los, é na rua que se faz a transformação. Foi nas ruas que Jesus buscou salvar a humanidade. (Palmas)

A Tropa de Elite, esse filme que passou, eu assisti, foi um DVD pirata, disse na rádio, estou assistindo um DVD pirata, porque um DVD original é caro, não pode, você tem que combater primeiro é quem está explorando a gente com um produto que pode vender mais barato e vende caro.

Esse filme Tropa de Elite, gente, recentemente passou na televisão fechada. Na rádio, eu liguei e perguntei por que não passa na TV aberta para que o povo possa assistir com a consciência crítica, não olhando como uma coisa isolada da segurança, da polícia.

Aquele assunto que eles tratam ali, gente, cabe em qualquer setor da sociedade e digo, até nas igrejas, porque em todo meio tem os bons e os maus, não é isso? Mas olhando com a consciência crítica, vamos ver no filme o grupinho dos corruptos e o grupinho que vai à luta para combater os corruptos. E a fatia maior, quem é? Sou eu e vocês, a fatia dos omissos, estou aqui só para ganhar meu dinheiro.

Gente, é esta fatia que temos que decidir. Nós temos que decidir. De que lado eu vou ficar? Do lado dos corruptos ou do lado dos que vão combater a corrupção? Deixar de chamar todos os parlamentares de ladrão. Tenha coragem. Se vai chamar de ladrão, diga quem é o ladrão, porque quando você chamar todos de ladrão, o que acontece? O ladrão, mesmo, não está nem aí. Se ele é ladrão mesmo ou se só está atribuindo um título que já é dele. Mas alguém ser chamado de ladrão quando não é, ele perde força e somos coniventes quando a corrupção está imperando, por isso, porque em vez de apoiarmos os bons, a gente termina apoiando os maus quando se generaliza.

Escolas públicas, companheiro Yulo: recentemente na Rádio Cultura houve uma entrevista com o comandante da ronda escolar. Eu perguntava e ele dizendo que recebeu uma estrutura nova, recebeu motos, carros e tal. Eu perguntava: vocês vão visitar a escola regularmente ou só vão lá quando a bomba estourar? Vocês vão buscar apoio da Polícia Militar convencional para que dê batidas nos bares, no entorno das

escolas? Porque, companheiro Yulo, não se pode permitir bar vizinho de escola, e hoje, em cada passeio um pouquinho mais largo tem uma mesa vendendo bebida e sei lá o que mais. O que é que os senhores, 63 deputados, estão fazendo, será que não estão vendo? Será que só Prazeres está vendo?

Então, nós temos que denunciar, Jesus Cristo disse isso: “O profeta é aquele que anuncia e denuncia”, mas anunciar é fácil, pedir voto para o deputado Yulo é fácil, mas tem gente que é contra ele, tira o voto dele, depois fica com medo, não é verdade isso? Para eleger o deputado Yulo nós temos que dar o voto a ele, pedir voto para ele, mas temos que denunciar que os votos que iriam para ele, às vezes, vai para um corrupto. Nós temos que denunciar isso! É preciso fazer isso, gente!

As escolas públicas, hoje, como eu disse a esse comandante, são pontos de distribuições de drogas, ou ninguém sabe disso? Estão fingindo que estão ensinando, e os alunos só querem passar de ano. Os pais só vão na escola para saber se o filho vai passar. Se algum bom professor, reprova o aluno, sabe o que acontece? O pai vai lá para brigar com o professor.

Então, gente, são essas verdades que todo mundo sabe mas falta coragem de denunciar. Nós temos a *Rádio Excelsior* que não tem censura, nós temos a *Rádio Cultura* que não tem censura, por que não falar? E na Liberdade estava para se construir uma penitenciária, no Memorial da Água, no Queimadinho, o primeiro grito foi da minha paróquia, que era a última forma, mas eis a minha sugestão aqui: para esta Casa se unir com a Câmara Municipal para se construir no local um grande complexo escolar, companheiro Yulo, para atender desde o Jardim até o 2º grau, porque eu sou a favor de instituímos aqui, agora, pena de morte para matar os bandidos do futuro, matar o pai da criança agora vai fazer um bandido mais perigoso ainda, o bandido do futuro se mata com educação.

Então, desculpem o alongamento, mas é a oportunidade que temos para denunciar essas mazelas que ficamos sofrendo e só chora quando dói no nosso pé. É melhor nos unirmos ao vizinho para evitarmos esses sofrimentos.

Muito obrigado e que Deus nos abençoe.

(Palmas, muitas palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Esse é Carlos Prazeres.

Ele mandou um *e-mail* para mim, Padre Jorge dizendo: eu quero só o seu suor, eu quero sangue. Doe sangue. É a campanha dele para doarmos sangue. Meu amigo aqui é terrível! Mas, eu acho que precisamos, de fato, dessas sacudidas, é por isso que nós fizemos questão que Carlos Prazeres falasse.

Só quero dar algumas rápidas explicações, primeiro: Justificar a ausência de Dr. Lidivaldo aqui, reafirmando o bom trabalho que o Ministério Público tem feito, e Drª Teresa é testemunha disso, o Ministério Público não julga, ele apresenta a ação. Então, por exemplo: ele apresenta a denúncia, entra com ação civil pública contra um dos três programas, e os outros dois discutem um termo de ajuste de conduta. Então, de fato, o Ministério Público não poderá dizer: o programa sairá do ar amanhã, só quem pode fazer isso é o Poder Judiciário, respondendo a uma ação numa perspectiva dessa. Mas é importante estar realmente cobrando cada vez mais do Ministério Público.

Depois, quanto à terceirização, a minha parte que você colocou, é importante dizer o seguinte: essa questão é grave e exatamente por isso que eu já pautei, na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, teremos uma audiência agora, no dia 20, com esse tema: terceirização e direitos humanos, um debate com a CUT, portanto, com vários sindicatos para que possamos fazer uma discussão importante sobre esse sentido que é, de fato, a precarização do trabalho. É um tema importante, isso significa dizer que nosso amigo Prazeres está antenado e a Comissão de Direitos Humanos também, e foi uma proposta nossa.

Essa questão das escolas públicas é muito grave. É importante dizer que esse debate, inclusive, tem que ser feito de forma muito transparente, temos aqui representantes dos grêmios secundaristas, representantes do DCE da UFBa, quer dizer, dos estudantes, representantes dos estudantes, temos aqui educadores.

Essa questão das escolas é muito grave, imagine, Dom Josaphat, nesse momento os meios de comunicação trazem essa discussão da ausência de professores em sala de aula. Esse debate custa muito caro para mim, porque pelos meus princípios e convicções sou contra a privatização. Só que nós temos hoje, em média, de 12 a 13% dos professores fora da sala de aula, porque estão com atestado médico, e eu não vou aqui discutir a veracidade ou não destes. Só quero dizer que 12% dos professores de escola pública na Bahia significa 4.700 professores fora de sala de aula. Quando esse número vai para a Secretaria de Segurança Pública, aumenta; quando vai para a Secretaria de Justiça, quanto a agente prisional, maior ainda, Padre Felipe sabe disso, e quando nós vamos para as empresas privadas, esse número cai para 0,7 , 0,8%.

Por que eu estou dizendo isso, Prazeres? Para ilustrar muito bem o que você disse. É tarefa de todos nós. Todos nós temos responsabilidade na construção da paz. Martin Luther King já dizia: “O que me apavora não é a violência de alguns, é o silêncio de muitos”. Portanto, é o silêncio.

Talvez o maior pecado das Sagradas Escrituras seja exatamente daquele homem que se omitiu diante da condenação de um inocente. A omissão é um pecado mortal e nós não podemos nos dar esse direito de nos omitir. Os seres humanos foram “condenados” a ter posição, a reagir, sempre reagir, falo condenados entre aspas. Precisamos reagir. É impossível a violência tocar o vizinho e não me tocar, porque quando a violência está na minha rua, está me tocando. Nós precisamos perceber verdadeiramente isso.

Quando Dom Josaphat diz, termina o seu pronunciamento convocando a todos é exatamente isso. Nós precisamos reproduzir esse debate nas comunidades. Sem dúvida nós teríamos muito mais pessoas aqui, Prazeres, mas é importante multiplicar isso lá na comunidade.

Eu disse que estava numa Diocese na semana passada, terça-feira eu estarei em outra, sábado estarei em outra no Extremo Sul, em Teixeira de Freitas, ou seja, esse debate tem se multiplicado em todos os cantos. É importante que nós, cada um aqui, seja multiplicador, incite o debate na comunidade. Convoquem o padre, os irmãos, as irmãs, os leigos, aqueles que não são da Igreja Católica para que, verdadeiramente, nós possamos fazer um amplo debate.

Quero ainda saudar aqui a presença da nossa companheira, vereadora da Cidade do Salvador, Marta Rodrigues, (palmas) também uma importante companheira nessa

luta dos Direitos Humanos nas nossas comunidades, na Câmara de Vereadores; saudar também Ademário, da Paróquia de Santo André, no Nordeste; saudar Laís, Líder comunitária dos jovens baianos; saudar carinhosamente Carminha e Dilson Santana, que nos brindou aqui tocando e cantando o hino e que tem uma atuação importante na Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora e também saudar Patrício Souza Santos, do Secup, coordenador da juventude.

Quero dizer a todos que esta sessão especial não pode acabar aqui, porque esse é um debate que não acaba aqui, não acabará também, como disse a Dr^a Tereza, na nossa Conferência Estadual, na nossa Conferência Nacional de Segurança Pública. Esse é um debate que tem que continuar, porque segurança pública é caso de política pública, é caso de direitos humanos e é problema de todos nós.

Quero agradecer carinhosamente a todos que estiveram aqui. Desejar que o Deus da vida continue nos iluminando para que a resistência seja a marca, para que com dois, com três, com dez, com milhares o Jesus cidadão continue sobrevivendo, a Maria cidadã continue sobrevivendo, que cada um de nós tenha a ousadia cristã de continuar anunciando a palavra de Deus e que tenha a coragem revolucionária de Jesus de continuar sendo testemunho da expressão cristã de um homem que não teve medo, que não foi covarde em momento nenhum e depois ressuscitou verdadeiramente vencendo a morte e dizendo que tudo é possível se construir quando o amor ao próximo está no coração de cada um de nós. A primeira forma de combater a violência é cada um de nós dizermos não a ela, de sermos pacificadores e darmos um testemunho de paz.

Esta sessão está encerrada, em nome de Deus e muito obrigado a todos e a todas.
(Palmas)

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*